

4468

1578

Funai oferece 400 vagas no concurso

Medida visa reestruturar entidade

BRASÍLIA - O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Santilli, disse ontem que a instituição abrirá, ainda este ano, concurso público para preencher mais de 400 das 800 vagas existentes. A criação de uma gratificação especial para os funcionários lotados em postos da Funai como estímulo à interiorização é outra medida que faz parte do esboço de reestruturação da fundação.

A proposta, apresenta a um grupo de parlamentares da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, porém, admitiu Santilli, não resolve um dos principais problemas existentes no órgão: a má distribuição de servidores, que provoca a concentração de funcionários em capitais ou administrações regionais distantes das comunidades indígenas.

Os deputados, no entanto, pouco se interessam pelo projeto. Eles aproveitaram o debate para bombardear o Decreto 1.775, que mudou as regras de demarcação das terras indígenas, e criticar o ministro da Justiça, Nelson Jobim. A senadora Marina Silva (PT/AC) acusou o ministro de direcionar as revisões de demarcações ao comunicar aos governadores sobre áreas passíveis de constentação.

Já o deputado Ivan Valente (PT-SP) disse temer que o decreto tenha sido assinado para combater votos para a aprovação das reformas cons-

titucionais no Congresso.

Santilli confirmou que Jobim enviou aos governadores um documento com as informações sobre áreas indígenas que podem ser contestadas. Mas a atitude, segundo ele, foi motivada por uma série de consultas feitas por telefone. Márcio Santilli contou que a Funai também mandou cartas circulares às suas administrações regionais, no dia 16 de janeiro, dando orientações sobre o novo decreto.

Apesar de defender a decisão do governo, Santilli insistiu que pode deixar a Funai, caso haja redução das terras desmarcadas. "Este presidente não compactuará com redução de áreas indígenas", afirmou. Mas insistiu que, ao contrário do que pensavam os parlamentares e os representantes das comunidades indígenas, o novo decreto foi assinado para proteger as áreas já demarcadas. Ele informou que havia ricos de o Supremo Tribunal Federal julgar inconstitucional o Decreto 22/91 e, com isso, anular todas as demarcações feitas depois de 1988. "O presidente Fernando Henrique Cardoso não quis correr o risco", disse Santilli.

O deputado Fernando Gamberia (PV-RJ) observou que o Governo fracassou politicamente por não ter conseguido comunicar a sua real intenção. "O setor defendido ficou contra e o prejudicado aplaudiu o Governo", disse.